



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÕES EFETUADAS EM 2019-04-17

DELIBERAÇÃO

⇒ [Voto n.º 811/XIII/4.ª](#) (apresentado pelo CDS-PP) - De pesar pelo falecimento de Ondina Maria Farias Veloso;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Voto n.º 812/XIII/4.ª](#) (apresentado pelo PS) - De pesar pelo falecimento de Maria Alberta Menéres;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Voto n.º 813/XIII/4.ª](#) (apresentado pelo PCP) - De solidariedade para com os presos políticos palestinianos nas cadeias de Israel;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD, CDS-PP e 1 Deputado do PS

Abstenção –

Aprovado



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

DELIBERAÇÃO

⇒ [Voto n.º 815/XIII/4.ª](#) (apresentado pelo BE) - De condenação e preocupação pela intenção declarada pelo Primeiro-Ministro de Israel de prosseguir com ocupações ilegais na Cisjordânia;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra – CDS-PP

Aprovado

Abstenção – PSD e 1 Deputado do PS

⇒ [Voto n.º 816/XIII/4.ª](#) (apresentado pelo PAR) - De solidariedade pelo incêndio ocorrido na Catedral de Notre Dame de Paris;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2106/XIII/4.ª \(PAR\)](#) – Deslocação do Presidente da República a Nápoles;

Aprovado por unanimidade

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2120/XIII/4.ª \(PAR\)](#) – Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade, 17 de abril e 14 de maio;

Aprovado por unanimidade



DELIBERAÇÃO

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PSD solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por um período de 60 dias, do [Projeto de Lei n.º 1147/XIII/4.ª \(PSD\)](#) – 47.ª Alteração ao Código Penal, criando restrições à suspensão da execução da pena de prisão nos processos por crime de violência doméstica e elevando a moldura penal deste crime; do [Projeto de Lei n.º 1148/XIII/4.ª \(PSD\)](#) – 32.ª Alteração ao Código de Processo Penal, impedindo a recusa de depoimento por parte da vítima de violência doméstica e proibindo a suspensão provisória dos processos por crime de violência doméstica; do [Projeto de Lei n.º 1149/XIII/4.ª \(PSD\)](#) – 32.ª Alteração ao Código de Processo Penal, permitindo a aplicação da medida de coação de proibição e imposição de condutas quando houver fortes indícios da prática do crime de perseguição; do [Projeto de Lei n.º 1150/XIII/4.ª \(PSD\)](#) – 3.ª Alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro (regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários), assegurando formação obrigatória aos magistrados em matéria de violência doméstica; e do [Projeto de Lei n.º 1151/XIII/4.ª \(PSD\)](#) – 6.ª Alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas;

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PAN solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por um período de 60 dias, do [Projeto de Lei n.º 1111/XIII/4.ª \(PAN\)](#) – Altera o Código Penal, nomeadamente o crime de perseguição, permitindo a aplicação da medida preventiva de proibição de contacto com a vítima; e do [Projeto de Lei n.º 1113/XIII/4.ª \(PAN\)](#) – Determina uma maior proteção para as crianças no âmbito de crimes de violência doméstica;



DELIBERAÇÃO

- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PCP solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por um período de 60 dias, do [Projeto de Lei n.º 1152/XIII/4.ª \(PCP\)](#) – Reforça os mecanismos legais de proteção das vítimas de violência;
- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo BE solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por um período de 60 dias, do [Projeto de Lei n.º 1155/XIII/4.ª \(PS\)](#) – Reformula os crimes de violação, coação sexual e abuso sexual de pessoa inconsciente ou incapaz no Código Penal, ao abrigo do disposto na Convenção de Istambul, e alarga o âmbito de aplicação da medida de coação de proibição de contacto aos crimes de ameaça, coação e perseguição (stalking);
- ⇒ **Requerimento**, apresentado pelo CDS-PP solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por um período de 60 dias, do [Projeto de Lei n.º 1165/XIII/4.ª \(CDS-PP\)](#) – Assegura formação obrigatória aos magistrados em matéria de igualdade de género e de violência doméstica (3.ª alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro); do [Projeto de Lei n.º 1166/XIII/4.ª \(CDS-PP\)](#) – Consagra a natureza de crimes públicos dos crimes de ameaça e de coação, adequando-os ao crime de violência doméstica (quadragésima sétima alteração ao Código Penal); e do [Projeto de Lei n.º 1178/XIII/4.ª \(CDS-PP\)](#) – Consagra a natureza de crime público do crime de perseguição, verificadas determinadas circunstâncias agravantes, bem como a possibilidade de aplicação de medidas preventivas (47.ª alteração ao Código Penal e 31.ª alteração ao Código de Processo Penal);



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

DELIBERAÇÃO

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo PCP solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por um período de 60 dias, do [Projeto de Lei n.º 1089/XIII/4.ª \(PCP\)](#) – Altera o Código de Processo Penal prevendo a imposição de condutas ou a proibição de contacto quando há fortes indícios de prática de crime de perseguição (Procede à 39.ª alteração ao Código de Processo Penal);

⇒ **Requerimento**, apresentado pelo BE solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por um período de 60 dias, do [Projeto de Lei n.º 1105/XIII/4.ª \(BE\)](#) – Possibilita a aplicação de imposição de condutas ou a proibição de contacto quando há fortes indícios da prática do crime de perseguição (33.ª alteração ao Código de Processo Penal); e do [Projeto de Lei n.º 1183/XIII/4.ª \(BE\)](#) – Protege as crianças que testemunhem crimes de violência doméstica e torna obrigatória a recolha de declarações para memória futura no decorrer do inquérito (6.ª alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e à assistência das suas vítimas);

Aprovados por unanimidade

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2045/XIII/4.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que promova a proteção recíproca dos direitos dos cidadãos portugueses no reino unido e dos cidadãos britânicos em Portugal no quadro da relação bilateral futura;

Favor – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Contra –

Abstenção – PSD e CDS-PP

Aprovado



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2115/XIII/4.ª \(PCP\)](#) – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, que “Aprova o Regime das Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária” [relativo à [Apreciação Parlamentar n.º 122/XIII/4.ª \(PCP\)](#)];

Favor – BE, PCP e PEV

Contra – PSD, PS e CDS-PP

Abstenção – PAN

Rejeitado

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2117/XIII/4.ª \(BE\)](#) – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, que “Aprova o Regime das Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária” [relativo à [Apreciação Parlamentar n.º 120/XIII/4.ª \(BE\)](#)];

Favor – BE, PCP e PEV

Contra – PS e CDS-PP

Abstenção – PSD e PAN

Rejeitado

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2119/XIII/4.ª \(PEV\)](#) – Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, que “Aprova o Regime das Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária” [relativo às [Apreciações Parlamentares n.ºs 120/XIII/4.ª \(BE\) e 122/XIII/4.ª \(PCP\)](#)];

Favor – BE, PCP e PEV

Contra – PSD, PS e CDS-PP

Abstenção – PAN

Rejeitado



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 2039/XIII/4.ª \(CDS-PP\)](#) – Recomenda ao Governo a criação de um fundo de emergência para as alterações climáticas;

Favor – CDS-PP

Contra – PS, BE, PCP, PEV e PAN

Abstenção – PSD

Rejeitado

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE

⇒ [Projeto de Lei n.º 944/XIII/3.ª \(ILC\)](#) – Consideração integral do tempo de serviço docente prestado durante as suspensões de contagem anteriores a 2018, para efeitos de progressão e valorização remuneratória;

Favor – BE e PAN

Contra – PS

Abstenção – PSD, CDS-PP, PCP e PEV

Rejeitado

DELIBERAÇÃO

⇒ [Projeto de Resolução n.º 1161/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo que tome as diligências para a revisão da Convenção de Albufeira;

Favor – BE, PCP, PEV e PAN

Contra – PSD e PS

Abstenção – CDS-PP

Rejeitado



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE APOIO PARLAMENTAR
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

VOTAÇÃO NA GENERALIDADE, ESPECIALIDADE E FINAL
GLOBAL

⇒ **Texto de Substituição** apresentado pela **Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação** relativo aos [Projetos de Resolução n.º 909/XIII/2.ª \(PEV\)](#) – Revisão da Convenção de Albufeira; [1154/XIII/3.ª \(BE\)](#) - Recomenda a revisão urgente da Convenção de Albufeira; e [1165/XIII/3.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo a revisão dos trâmites da Convenção de Albufeira;

Aprovado por unanimidade

⇒ Votação do **Parecer da Subcomissão de Ética da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias**: Ofício n.º 26/SE/2019.